

DISCURSO DE POSSE DO MINISTRO FRANCISCO FALCÃO FILHO NOS CARGOS DE PRESIDENTE DO STJ E PRESIDENTE DO CJF

Excelentíssimo Senhor Ministro José Eduardo Cardozo, que nesta solenidade representa a Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff, em nome de quem cumprimento todas as autoridades do Poder Executivo brasileiro; Presidente eleito do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, a caminho de assumir o honroso cargo de chefe do Poder Judiciário nacional, Ministro Ricardo Lewandowski, em nome de quem cumprimento os Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal de hoje e de sempre, os Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça que nos honram com a sua presença e as eminentes autoridades do Poder Judiciário Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, em nome de quem cumprimento as eminentes autoridades do Poder Legislativo, os Senhores Senadores; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Alves, em nome de quem cumprimento todos os deputados federais e estaduais aqui presentes; Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, Doutor Rodrigo Janot, em nome de quem cumprimento todos os membros do Ministério Público aqui presentes; Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor Marcos Vinícius Furtado Coelho, em nome de quem cumprimento a advocacia brasileira; Excelentíssimos Senhores Ministros desta Corte, de hoje e de sempre; Sua Excelência Reverendíssima Núncio Apostólico Dom Giovanni d’Aniello, que representa, nesta solenidade, Sua Santidade o Papa Francisco, a quem rogo as suas bênçãos e em nome de quem cumprimento os representantes do corpo diplomático e as autoridades eclesiais; Excelentíssimo Senhor ex-Presidente da República Doutor José Sarney – é uma honra tê-lo nesta solenidade; Excelentíssimos Senhores Governadores de Pernambuco – minha terra – João Lira, e de Goiás, Marconi Perillo – terra da Vice-Presidente Laurita Vaz –, em nome de quem cumprimento os eminentes governadores de estado aqui presentes; Excelentíssimos Senhores Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares Moura Neto, do Exército brasileiro, General do Exército Enzo Martins Peri, e da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, em nome de quem cumprimento todas as autoridades militares aqui presentes; meus familiares; minhas senhoras; meus senhores, recebo do eminente Ministro Felix Fischer, com intensa emoção, a Presidência do Superior Tribunal de Justiça – O Tribunal da Cidadania –, quando esta Corte chega aos seus 25 anos de existência.

Às palavras ricas de afeto proferidas pelo Ministro Ari Pargendler, exemplo de magistrado para todos nós e autêntica vocação de juiz, ao lado das orações do nobre Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, e do ilustre advogado Marcos Vinícius Furtado Coelho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, a minha profunda gratidão.

Com alegria, cumpro a incumbência de agradecer também a homenagem prestada à eminente Ministra Laurita Vaz, há pouco investida na Vice-Presidência, juíza de alto descortino e operosidade, com larga experiência no Ministério Público Federal e na magistratura, será, estou certo, uma eficiente e infatigável colaboradora da Presidência.

Ao lado do natural contentamento, vivo a emoção da responsabilidade reservada a este Tribunal, de destacada e ímpar destinação, na missão constitucional de guardião e uniformizador da interpretação das normas infraconstitucionais no sistema judiciário brasileiro.

Ao chegar ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em 1989, como oriundo da nobre classe dos advogados, onde exerci a sua Presidência, vi acalentada a minha aspiração maior. Sentia-me sobejamente recompensado. A mim bastava. Chamado a integrar esta Corte, figurando em primeiro lugar em lista tríplice, sem dúvida honra inexcelsável, vi-me diante de uma colheita sem previsões. Agora chego a esta cadeira mais elevada, como depositário da confiança dos meus eminentes Colegas.

Com humildade e prudência, mas crente na majestade do Direito e com a devida firmeza, procurarei executar o que a Corte decidir, em sua soberana sabedoria e no seu perene amor à Justiça.

É por demais sabido que nenhuma grande obra é fruto de um só, nem de poucos, por mais operosos que sejam. Mas será tão maior quanto mais estiverem reunidos e laborando em torno de um ideal comum. No Superior Tribunal de Justiça, somos trinta e três ministros voltados ao cumprimento da sua missão constitucional. Nesses meus Colegas, mulheres e homens do Direito, a nação depositou a confiança, mas também a responsabilidade de, como artífices de uma obra em permanente construção, fazerem desta Casa o Tribunal da Cidadania. A eles dedico a minha gratidão e ofereço o compromisso de que, juntos, necessariamente juntos, trabalharemos por um Superior Tribunal de Justiça cada vez melhor e mais próximo dos brasileiros, que tanto precisam de Justiça.

Entendo, ademais, ser oportuno estreitar o relacionamento com todos os órgãos do Poder Judiciário, com os magistrados de todas as entrâncias e graus de jurisdição e, de modo especial, com o Supremo

Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça, eminente Presidente Ricardo Lewandowski. Igualmente indispensável à aproximação com os demais órgãos que compõem as funções essenciais à Justiça – o Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil. Considero, sem dúvida, importante a colaboração das associações representantes da magistratura, como a AMB, a Ajufe e a Anamatra, aqui presente para honra nossa.

Como a nossa Constituição estabelece nos seus princípios fundamentais, a República deve manter harmonia e independência entre os seus três poderes. Mas a independência não exige distanciamento e para a harmonia se torna necessário constante entendimento. Só com aproximação e diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo é possível garantir relações construtivas, que se voltem à estabilidade social. Somos todos, sem exceção, corresponsáveis por zelar pelo interesse público, pela erradicação da miséria e pela construção de um Brasil livre, democrático, justo e ecologicamente sustentável.

Muitos são os problemas que estão permanentemente postos ao Poder Judiciário e o Superior Tribunal de Justiça tem parcela importante na busca de soluções.

Celeridade é a palavra que todos cobram do Judiciário – tanto a sociedade, como nós próprios magistrados. Mas convém deixar bem claro que a responsabilidade pela morosidade e as formas de superá-la não devem ficar à conta exclusiva deste Poder.

Essa difícil tarefa que me proponho a enfrentar, em conjunto com meus Colegas, no âmbito deste Tribunal e do Conselho da Justiça Federal, dando continuidade a tantas medidas e providências já tomadas, vai exigir, principalmente, compromisso e esforço conjunto de todos os integrantes do Judiciário, é verdade, seus juízes e servidores; mas não podemos esquecer que as imprescindíveis reformas legislativas e os meios viabilizadores dependem da direta colaboração de outros parceiros de jornada democrática, o Legislativo e o Executivo.

O número de processos judiciais em tramitação no país continua alarmante, e mais alarmante é que não para de crescer. Os resultados do programa “Justiça em Números” mostram com objetividade a situação em que se encontra o Judiciário brasileiro. Ao lado das providências que têm sido tomadas, é preciso dar passos mais ousados.

Para se ter uma ideia, em 1989, Presidente Lewandowski, foram distribuídos ao Superior Tribunal de Justiça 6.103 processos, enquanto, em 2013, o número de processos distribuídos a esta Corte, Ministro Fux, saltou para 309.677.

Estamos à espera da chegada dos novos Códigos de Processo Civil e Processo Penal, que trazem mudanças e inovações que certamente contribuirão para uma mais rápida e eficaz tramitação dos processos.

A utilização do processo judicial eletrônico vem contribuindo para dar rapidez no andamento e na solução de grande número de demandas. Desde a criação dos juizados especiais, os meios eletrônicos têm permitido maior celeridade na tramitação dos feitos em benefício dos jurisdicionados, especialmente dos mais carentes.

Mas é necessário dar maior velocidade à implantação do PJE em todas as áreas, tanto na Justiça dos estados como da Justiça Federal. Ressalte-se que a agilidade no procedimento não retira nem diminui o importante papel do magistrado enquanto julgador. Ao contrário, valoriza o seu trabalho ao eliminar o tempo antes consumido em atividades burocráticas.

É necessário ainda que se estimulem os mecanismos alternativos de solução de litígios, tais como, conciliação, mediação e arbitragem, os quais devem ganhar maior espaço dentre os métodos de solução de conflitos, reflexo da necessidade de atender às demandas crescentes da sociedade brasileira.

Esses e outros problemas estão aí a desafiar a nossa criatividade. Quanto a mim, repito, recebo esta investidura como a mais alta missão da minha vida de magistrado que enriquece sobremodo a minha trajetória funcional. Espero que a experiência por mim haurida em outros relevantes cargos que ocupei ajude-me a desempenhar, a contento, a espinhosa, mas sob todos os títulos edificante missão.

Ao falar de experiência, ressalto as duas passagens que tive no Conselho da Justiça Federal e o último grande desafio que acabo de cumprir foi o cargo de Corregedor Nacional de Justiça. Empenhei-me sobremaneira para dar uma contribuição ao Conselho. Para tanto, contei com o apoio dos eminentes Presidentes Ministros Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa e, mais recentemente, do Presidente Ricardo Lewandowski.

Posso afiançar a todos, nesta hora, que os meus atos de gestão na Presidência do Superior Tribunal de Justiça serão inteiramente balizados pelo interesse público, com o timbre da austeridade e da transparência.

Permitam-me uma palavra de alento aos senhores magistrados: esta Presidência não lhes faltará na luta para encontrar um sistema que lhes assegure justa remuneração, com recomposição das perdas acumuladas pela inflação e, ainda, melhores condições de

trabalho. Igualmente, não deixará de considerar as justas reivindicações salariais dos servidores da justiça, semelhantes às dos magistrados.

Os servidores deste Tribunal, todos de elevado nível profissional, merecerão do novo Presidente atenção especial, visando a melhorar cada vez mais o seu ambiente de trabalho e premiar o mérito na escolha das funções de confiança.

Confio em Deus que nessa minha nova empreitada jamais me falem a humildade, fazendo-me receptivo a sugestões e à especial arte de saber ouvir, e a determinação para me dedicar com total intensidade ao trabalho, predicados acentuados nos preciosos ensinamentos que recebi do meu inesquecível pai, Djaci Falcão, meu exemplo de vida. Com ele aprendi, desde cedo, importantes lições que externava nos seus pronunciamentos e que são sempre válidas, visto que refletem a perenidade da ética e da responsabilidade perante o Direito e a Justiça. Assim, dizia:

"Com discricção e firmeza de propósitos e obediência ao ordenamento jurídico, vivo a nutrir a minha fé no direito e no ideal de justiça a que todos os homens aspiram. Sou feliz em poder proclamar que no meu espírito não vagueiam os demônios da inveja, do orgulho ou da vaidade vã, que tanto esvaziam o homem, deixando-o pobre de paz interior. Tenho procurado manter bem vivos os sentimentos de humildade e fraternidade, que tanto enchem a vida de plenitude".

Com esses mesmos propósitos, reafirmo o meu compromisso de bem servir à Justiça do meu País.

Muito obrigado.

Antes de declarar encerrada esta solenidade, expresso os meus agradecimentos e particularmente os da eminente Ministra Laurita Vaz, Vice-Presidente, às autoridades civis, militares e eclesiásticas e a todos os que nos honraram com a sua presença numa comovedora homenagem à eminência do Poder Judiciário nacional.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Presidente